

O ETHOS E A DIMENSÃO PRÁTICA DA ESCRITA

*Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor**

RESUMO: Este artigo, a partir da noção ethos, realiza uma discussão acerca da prática de escrita. O intuito desse direcionamento é demonstrar como o conceito de ethos é pertinente para se entender a situação do indivíduo quando lhe é solicitada uma produção textual como exercício de língua materna ou tarefa similar. Primeiramente, é importante frisar que a noção de ethos é entendida, resumidamente, como a imagem que o indivíduo constrói de si mesmo em seu discurso. Essa definição remete à antiguidade, que designava pelo termo ethos a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. De acordo com Maingueneau (2006), a necessidade de explorar ou tornar operacional a noção de ethos induz o pesquisador a inscrevê-la numa problemática precisa. Em outras palavras, é preciso privilegiar uma faceta em função do *corpus* a ser analisado, dos objetivos da pesquisa, e do que é coerente no interior da disciplina em que a pesquisa vai se inserir. Desse modo, a área do ensino da escrita, orientada pelos estudos do discurso, pode verticalizar a discussão e dar origem a pontos específicos, com suas próprias implicações. Isso pode caracterizar o conceito de ethos nesse âmbito e fazer desvelar fatores importantes que limitam a produção textual dos alunos e, de uma maneira geral, a escrita dos demais indivíduos. Pois, quando se escreve um texto, independente de ser um exercício avaliativo, sempre se instaura a problemática do *Eu* e o *Outro* que orienta o jogo de imagens inerente à maioria dos gêneros textuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ethos, Prática, Escrita.

Introdução

Se várias propostas de produção textual não se distanciassem tanto do contexto real de uso da língua, talvez, não seria preciso enfatizar a perspectiva prática da escrita. Não é difícil encontrar em manuais, livros didáticos etc., propostas “vazias” que não instauram tempo, lugar, pessoa, interlocutor, justificativa, ou razão referente à produção textual solicitada, em outras palavras, essas propostas criam uma abstração inócua e totalmente alheia à realidade. Mesmo nesses casos, em que a expectativa reside na produção de um texto vago, ainda resta algo bastante pragmático que diz respeito ao ethos de quem o escreve. Ou seja, o indivíduo se vê desviado de várias implicações importantes na escrita de um texto, mas continua comprometido com a problemática de se ver espelhado nele.

*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - UFG. Professor de Português do CEPAE/UFG. E-mail: p.paulohn@gmail.com

A noção de ethos demanda uma série de explanações. Maingueneau (2006, p. 12), afirmou que a necessidade de explorá-la ou torná-la operacional obriga o estudioso a situá-la num contexto específico. Isso por que:

[A] noção de ethos é uma noção com interesse essencialmente prático, e não um conceito teórico claro [...] Em nossa prática ordinária da fala, o ethos responde a questões empíricas efetivas, que têm como particularidade serem mais ou menos co-extensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação é tal que se acionam estratégias de proteção (AUCHLIN, 2001 apud MAINGUENEAU, 2006, p. 12).

Assim, este artigo, fundamentado em estudos do discurso e da escrita, tem o objetivo de discutir a relação existente entre o ethos e a escrita, analisando a pertinência didática das imagens oriundas da prática dessa última. A noção de ethos, entendida como a imagem que o indivíduo constrói de si mesmo em seu discurso, remete à antiguidade que designava, com essa noção, a construção de uma imagem de si destinada à garantia do êxito oratório. Nos dias atuais, qual seria a pertinência dessa noção no contexto da prática de escrita?

1. A noção de ethos

Maingueneau (2006, p. 12) declarou que quando começara a refletir sobre o ethos (início dos anos 1980), ele não imaginava que essa noção repercutiria tanto. O mais interessante, segundo o autor, é que a reaparição desse tema não aconteceu, a princípio, no âmbito da retórica, mas, principalmente, através das questões relacionadas ao discurso. Sabe-se que a retórica já recebera uma nova roupagem no final da década 1950, graças a Perelman e Toulmin, ainda assim, foi somente nos anos 1980 que o ethos ganhou certa primazia nas discussões. No âmbito francês, foi apenas em 1984 (cf. *op. cit.*) que se começou a pensar o ethos em termos pragmáticos e discursivos. Isso, a partir de Oswald Ducrot, que foi o responsável por integrar o ethos a uma conceituação enunciativa e, também, em razão de Dominique Maingueneau, que propôs uma teoria no âmbito da análise do discurso.

A noção de ethos remonta à retórica aristotélica. Eggs (2005) demonstrou que, para Aristóteles, o discurso e a argumentação se constroem a partir de três bases: *logos*, *pathos* e *ethos*. O primeiro concerne ao argumento objetivo e racional, o segundo diz respeito à atração e ao convencimento do enunciatário, enquanto que o terceiro se refere ao aspecto ético e moral que o enunciador permite transitar em seu discurso. Em resumo, a noção de ethos fora posta da seguinte forma: “É [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu

poder de persuasão” (ARISTÓTELES apud AMOSSY, 2005, p. 10). É necessário frisar que esse ethos se vincula à enunciação, a um efeito discursivo, e não a um saber exterior ao discurso pronunciado pelo enunciador.

A abrangência do ethos permite que se possa identificá-lo em diferentes gêneros textuais e do discurso, já que ele pode se aderir muito bem à tríade bakhtiniana (estrutura composicional, estilo e tema) que caracteriza cada gênero. Na concepção de Maingueneau (2006), o ethos é a voz do fiador (enunciador) inserida no texto com a finalidade de fazer com que haja a adesão do enunciatário ao *logos* que lhe é apresentado.

Amossy (*op. cit.*, p.14), concordando com Maingueneau, afirmou que a integração do termo ethos às ciências da linguagem encontrou sua primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Ducrot, quanto este propôs que o enunciado tem a capacidade de fornecer as instruções sobre os autores eventuais da enunciação. Nesse mesmo sentido, apresentou-se o estudo relacionado à construção especular dos interlocutores, presente na obra de Michel Pêcheux, que se adere diretamente a essa problemática do ethos. Para o autor, A e B, nas duas extremidades da comunicação, fazem uma imagem um do outro: o emissor A faz uma imagem de si mesmo e de seu interlocutor B; de forma recíproca, o receptor B faz uma imagem do emissor A e de si mesmo. Kerbrat-Orecchioni retomou esse princípio e sugeriu incorporar “na competência cultural dos dois parceiros da comunicação [...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles” (apud *op. cit.*, p. 11).

Para Amossy (*op. cit.*, p. 15), afirmar que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no/e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro. Nesse sentido, é importante mencionar a definição de Goffman acerca do conceito de face, definida, segundo ele, como “o valor social positivo que dado indivíduo efetivamente reivindica por meio da linha de ação que os outros supõem que ele adotou durante um contato particular” (*op. cit.*, p. 13). A face é uma imagem do eu, na concepção de Goffman, “delineada segundo certos atributos sociais aprovados e, apesar disso, partilháveis, uma vez que podemos, por exemplo, causar uma boa imagem de nossa profissão ou de nossa fé quando causamos uma boa imagem de nós mesmos” (*op. cit.*, p.13).

Kerbrat-Orecchioni operou mudanças em relação a noção de face, com ela tal noção passou a ser entendida como o conjunto das imagens valorizantes que, durante a interação, procura-se construir de si mesmo e impor aos outros. O fato principal é, então, o *face-work*, a figuração, ou seja, “tudo o que uma pessoa executa para que suas ações não a façam perder a

face para ninguém – aí incluída ela própria” (*op. cit.*, p. 13). Construção especular, face, etc., o que parece de fato permanecer nessas discussões é a problemática da interação, do dialogismo, como Bakhtin (2003) explicitou de forma clara. Em termo mais simples, pode-se determinar que o ponto fulcral, na questão do ethos, diz respeito à relação dialética do *Eu* e o *Outro*, que é impassível de síntese.

2. O *Eu* o *Outro* e a escrita

Apesar de quase sempre o ethos ser discutido visando ao enunciador, ou seja, à imagem que esse reivindica para si próprio, não se pode esquecer que essa noção apresenta um caráter interativo. Basta, para se confirmar isso, lembrar que a imagem, que os enunciadores procuram criar, tende a se adequar às expectativas que eles possuem acerca de uma pessoa ou de um público particular. Como exemplifica o seguinte trecho de Lima Barreto:

[...] veio-me a reflexão de que não era mau que andasse eu a escrever aquelas tolices. Seriam como que exercícios para bem escrever, com fluidez, claro, simples, atraente, de modo a dirigir-me à massa comum dos leitores, quando tentasse a grande obra, sem nenhum aparelho rebarbativo e pedante de fraseologia especial ou um falar abstrato que faria afastar de mim o grosso dos legentes [...] seria muito melhor que me dirigisse ao maior número possível, com o auxílio de livros singelos, ao alcance das inteligências médias com uma instrução geral, do que gastar tempo com obras só capazes de serem entendidas por sabichões enfatuados, abarrotados de títulos e tiranizados na sua inteligência pelas tradições de escolas e academias e por preconceitos livrescos e de autoridades (BARRETO, 1961 apud CANDIDO, 1989, p. 48).

Lima Barreto estava a pensar, afora algumas exceções, como a maioria das pessoas que escrevem, ou seja, realizando uma pressuposição acerca do seu leitor. Trata-se de algo como tentar não parecer redundante e tampouco hermético, nem trivial e nem pedante, etc. Diferente dessa relação, em que Lima Barreto busca prever seu leitor e as possíveis implicações da respectiva leitura, há no poema “Eu”, de Florbela Espanca, a evidenciação de outro ponto pertinente à questão do ethos, relativo à descrição do *Eu* no texto:

Até agora eu não me conhecia,
Julgava que era eu e eu não era
Aquele que em meus versos descrevera
Tão clara como a fonte e como o dia (ESPANCA, 1999).

O enunciador do poema vê-se em contradição consigo mesmo, vê-se mal refletido no que escrevera. Poder-se-ia não aprofundar nesse ponto, assumindo que “o poeta é um

“fingidor”, como dissera Fernando Pessoa, contudo, tal problemática pode surgir em outros gêneros, em que se queira de fato, por exemplo, fazer uma descrição concreta de si mesmo, como em uma autobiografia. Nesse caso, o autor poderia perceber que a imagem de si que deseja expor destoa da imagem que acredita ser verdadeira. Isso só é possível porque o ethos se vincula a um efeito discursivo e não à realidade de quem enuncia. A franqueza por um lado, a timidez por outro, fazem com que várias pessoas achem difícil falar de si próprias. Bastava, então, jamais falar de si mesmo para se esquivar desse infortúnio, porém, como se sabe, essa não é a medida que a maioria das pessoas toma. As pessoas falam de si mesmas com frequência, e o caráter discursivo do ethos tem um papel fundamental nisso.

Essa condição paradoxal se assemelha bastante a que ocorre quando se escreve um poema. Há o temor da revelação do íntimo e o desejo da exposição do mesmo. Nesse jogo, se anseia por esconder e expor, e se deseja ardentemente saber do comportamento do *Outro* em relação ao que fora revelado. Em um trecho do “Guardador de rebanhos”, de Alberto Caeiro (heterônimo de Fernando Pessoa), é possível observar essa problemática:

Da mais alta janela da minha casa
Com um lenço branco digo adeus
Aos meus versos que partem para a Humanidade.
E não estou alegre nem triste.
Esse é o destino dos versos.
Escrevi-os e devo mostrá-los a todos
Porque não posso fazer o contrário
Como a flor não pode esconder a cor,
Nem o rio esconder que corre,
Nem a árvore esconder que dá fruto.
Ei-los que vão já longe como que na diligência
E eu sem querer sinto pena
Como uma dor no corpo.
Quem sabe quem os terá?
Quem sabe a que mãos irão?
(CAEIRO/PESSOA, 1988).

A escrita parece ser uma das principais pontes entre o *Eu* e o *Outro*. Ela atrai ambos, e permite que a interação aconteça, deixando, nela própria, vestígios perenes desse encontro. Antes de tudo, ela precisa trazer para si o indivíduo que escreve, essa é uma tarefa fácil, visto que existe uma simpatia recíproca entre este e a escrita, como exemplifica um trecho do poema “Noite na repartição” de Carlos Drummond de Andrade:

Por que sofrerás sempre, homem, pelo papel que adoras?
A carta, o ofício, o telegrama têm suas secretas consolações.
Confissões difíceis pedem folha branca.

Não grites, não suspires, não te mates: escreve.
Escreve romances, relatórios, cartas de suicídio, exposições de
[motivos,
mas escreve. Não te rendas ao inimigo. Escreve memórias,
[faturas.
E por que desprezas o homem, papel, se ele te fecunda com
dedos sujos mas dolorosos?
Pensa na doçura das palavras. Pensa na dureza das palavras.
Pensa no mundo das palavras. Que febre te comunicam. Que
[riqueza.
Mancha de tinta ou gordura, em todo caso mancha de vida [...].
(ANDRADE, 2000).

Escrever para não se esquecer, escrever para ser lembrado, escrever para desabafar, seja como for, a escrita é representativa das vontades humanas. Dessa forma, sua conexão com o ethos é evidente, vale, entretanto, frisar os aspectos mais pertinentes dessa relação na prática de escrita.

3. Ethos e prática de escrita

Primeiramente, é importante frisar que se entende por prática de escrita todas as manifestações linguísticas realizadas através dos recursos disponibilizados pela língua escrita. Desde as manifestações mais sucintas e rotineiras (anotações, bilhetes, etc.), que o indivíduo consegue realizar mesmo com pouca instrução, até as elaborações mais complexas e infrequentes (resenhas, artigos, relatórios, etc.) que demandam um aprendizado mais sistemático. A expressão prática de escrita não se opõe, portanto, à produção textual, ela apenas contempla as atividades de escrita que prescindem da solicitação ou da orientação escolar, assim, a escolha dessa expressão atende basicamente ao fato de se poder utilizá-la para tratar de uma gama maior de fatores.

Na prática de escrita, em suas múltiplas esferas, é comum a realização de autocorreções com o intuito de evitar que uma informação intrusa torne evidente o que não se deseja. Há, então, o interesse de proceder da forma mais perfeita possível, mesmo sabendo que há dificilmente consenso quanto à perfeição na escrita de um texto. Dessa forma, são determinantes na prática de escrita:

- a) a preocupação do indivíduo com a imagem advinda do conteúdo do texto (o que o outro pensará acerca do que ele diz), já que existe a possibilidade de embate entre opiniões;
- b) a inquietação com a imagem resultante da forma do texto (adequação ou inadequação à norma padrão, etc.), já que a forma não se isenta de valores.

Esses pontos, juntos ou sozinhos, podem contrariar a imagem que o indivíduo deseja construir de si mesmo. Assim, o texto, propriamente, pode criar uma imagem que não seja a desejada, e a repercussão disso na prática de escrita parece ser bastante evidente, pois, numa atitude de preservar a face, o indivíduo pode criar para si mesmo um bloqueio na hora de escrever. Quem escreve sabe da polivalência do texto e do discurso:

[o] discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma "voz". Esta era, aliás, uma dimensão bem conhecida da retórica antiga que entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem. Aristóteles distinguia desta forma *phronesis* (ter o aspecto de pessoa ponderada) *areté* (assumir a atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua), *eunóia* (oferecer uma imagem agradável de si mesmo), etc. A eficácia destes "*ethé*" se origina no fato de que eles atravessam, carregam o conjunto da enunciação sem jamais explicitarem sua função (MAINGUENEAU, 1997, p. 45).

Da mesma forma que o discurso permite carregar os três itens supracitados, ele permite acumular outros, nem sempre desejados. Pode ser que se exponha uma imagem negativa na tentativa de se expor uma imagem positiva. Na busca de se criar um ethos, que não corresponda perfeitamente ao repertório real do enunciador, é possível que tal infortúnio aconteça e seja evidenciado por meio de tentativas de reprodução de padrões textuais. Esses padrões são aqueles utilizados, com frequência, nos mais conhecidos e prestigiados usos da escrita (por exemplo, a escrita oficial). O texto construído desse modo pode evidenciar algumas dificuldades atribuíveis ao grau de escolarização do enunciador. É comum, nesse contexto, a autocorreção se tornar uma hipercorreção (*rúbrica/rubrica*, etc.). O enunciador pode, então, não incorporar plenamente o ethos necessário que pretendia atribuir ao seu texto e deixar transparecer, nele, algum elemento pertencente a outro ethos, como o que corresponde à imagem do indivíduo com dificuldades de escrita. Na superfície de alguns textos é possível perceber essas fragmentações¹ que são indícios dos diferentes modos de apropriação, por parte dos indivíduos, daquilo que lhes é apresentado (na escola e/ou fora dela) como os aspectos caracterizadores das práticas tradicionais de escrita (cf. MARTINS, 2007).

Esse aspecto, contudo, não deve ser visto apenas por esse viés, pois, ao mesmo tempo, percebe-se, nessa circunstância, um indivíduo empenhado não só em receber o mérito de ter realizado uma tarefa, mas também em legitimar sua voz pelo uso estratégico de

¹ Alguns exemplos dessas fragmentações são identificados por Signorini (apud MARTINS, 2006): "Ilmo Sr J.P., Digníssimo Prefeito", "desferir votos de agradecimento", "Estes são os sinceros agradecimentos", etc.

fragmentos linguísticos. Ele sabe que esse uso é um indício da sua condição de conhecedor das convenções que podem garantir autoridade ao seu argumento (cf. *op. cit.*).

No trabalho com gêneros textuais, tais aspectos se apresentam de forma clara quando o professor, em uma correção, percebe que o aluno iniciou o seu texto com um item linguístico, típico do gênero textual discutido, para demonstrar que aprendeu o conteúdo ministrado. Só que, no decorrer do texto, deixa de manter o mesmo direcionamento. Isso o faz apresentar, frequentemente, um enunciado fragmentado e impreciso. Nesse caso, o professor pode perceber o que o aluno apreendeu de fato, e o que ele apenas sinaliza como apreendido.

Pode-se dizer, haja vista o quanto do *Eu* a escrita reflete e refrata, que escrever é uma atitude ousada, pois consiste em por a face em apreciação diante do *Outro*. Entretanto, na quase impossibilidade, na contemporaneidade, de se prescindir da escrita, ocorre de se “aventurar”, cotidianamente, pondo a face em apreciação. E quando tais “aventuras” se tornam pretéritas, o indivíduo pode se tornar crítico de seu próprio texto. Comumente, ele se incomodará com os lapsos que cometera, prova disso é o fato de se saber, raramente, que alguém gostaria de voltar a escrever como escrevia antes. Por isso, não é incomum alguém temer olhar para um de seus textos antigos tal como Dorian Gray temia olhar para o seu retrato. Só que, diferente do quadro de Dorian, os textos preservam. Assim, o medo consiste, necessariamente, em deixar que se perceba a imperfeição ali preservada e exposta.

A escrita e também a imagem construída a partir dela jamais serão perfeitas ou ideais, pois essas condições se encontram em um eterno devir, são, portanto, inalcançáveis. Se lida com o que é adequado, e isso é determinado a cada momento, porém, contentar-se é outro assunto. Há um querer fazer melhor que incomoda, mesmo os mais advertidos quanto ao caráter inalcançável ou inexistente da perfeição.

O certo é que, no texto, o indivíduo afirma-se, posiciona-se, e compromete-se. É fácil, por exemplo, descobrir que houve “cola” em uma avaliação se os mesmos erros coincidirem em dois ou mais alunos, enquanto que a coincidência entre os acertos não implica, necessariamente, a mesma constatação. A lógica é enfática ao dispor apenas uma resposta correta em contraposição a uma infinidade de incorreções (tal disposição, como se sabe, é polêmica). Pelo erro, de fato, é uma forma desagradável ao indivíduo de se afirmar como tal, contudo, abre espaço para salvaguardar sua condição de ser histórico, sujeito ao ônus e ao bônus de sua experiência particular.

Surge, então, uma pergunta: como o pensamento acerca da prática de escrita pode se posicionar nessa discussão? A prática de escrita, de acordo com a proposta de Geraldi (2004),

se apresenta como uma ação coerente desde que seja orientada pelos aspectos do diálogo concreto:

Mas há condições para que a escrita se dê: um sujeito somente escreve quando tem o que dizer, mas não basta ter o que dizer, ele precisa ter razões para dizer o que tem para dizer. Muitas vezes temos algo para dizer a alguém, mas temos razões para não dizer. Mas ainda não basta eu ter o que dizer e ter razões para dizer, eu preciso ter claro para quem eu estou dizendo. Nos processos de produção de textos, nas escolas, o aluno não tem para quem dizer o que diz, ele escreve o texto não para um leitor, mas para um professor para quem ele deve mostrar que sabe escrever (GERALDI, 2004).

Se a escrita em sala de aula, ou fora dela, servir, simplesmente, à primazia da correção, o bloqueio quanto ao ato de escrever ganhará força dia após dia, e um caráter esotérico se instalará em tal prática. Agora, se a função social da escrita se sobressair, e daí se constatar que aspectos como a ortografia são importantes, porém, periféricos, e que o sentido, em suas várias nuances, é que deve ocupar um lugar central nessa possível hierarquia, então será possível que a vontade de escrever ganhe propagação. Escrever pode, então, se tornar sinônimo de fazer sentido, para si próprio e para o outro, fazendo com que a “aventura” possa ser entendida tanto como a demonstração de algo esperado e comum quanto à demonstração de algo inesperado e diferente.

Nessas circunstâncias, propor a prática de escrita é muito mais simples para o professor e, principalmente, para o aluno. Pois, desse modo, ela será encarada como tentativa, sujeita a erros e acertos, e não como forma preexistente, inequívoca e ideal. A expectativa resultante desse direcionamento consiste em presumir que o contentamento com o próprio texto, por parte do aluno, seja maior, e se reduza bastante o temor do ethos oriundo do “erro” no momento da prática de escrita.

Conclusão

Espera-se ter demonstrado claramente o vínculo existente entre ethos e escrita, tal empreendimento não foi muito dificultoso visto que a relação entre o ethos e a argumentação, que é tão cara a vários gêneros do discurso, vem sendo exposta a centenas de anos. Contudo, a simples demonstração do vínculo ainda é uma realização tímida. Há uma série de categorizações que ainda precisam ser feitas para que os fatores desencadeados pelo ethos, na escrita, possam ser compreendidos e administrados de um modo mais preciso, visando a uma

melhor orientação dos alunos na prática de escrita. Essa circunstância abre, evidentemente, um leque enorme de possibilidades de pesquisa.

Referências

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In:_____. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz. Contexto, 2005. pp. 09-28.
- _____. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Noite na repartição. In:_____. *A rosa do povo*. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CAEIRO, Alberto/PESSOA, Fernando. *O guardador de rebanhos e outros poemas*. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.) *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz. São Paulo: Contexto: 2005. pp. 29-56.
- ESPANCA, Florbela. *A mensageira das violetas: antologia*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. Portugal: Tipave, Indústrias gráficas de Aveiro, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA; SALGADO. (org.) *Ethos discursivo*. Contexto, 2006. pp. 11-29.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editoras da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MARTINS, Maria S. C. Ethos, gêneros e questões identitárias. In: *DELTA*. v. 23, n. 1. São Paulo, 2007.